ARM - S/TÍTULO, 2003 - JAZIEL DA SILVA LIMA, ACRÍLICA S/TELA

PONTO DE VISTA

Cultura livre

As tecnologias digitais geraram impactos profundos sobre os processos de produção e disseminação de bens culturais. Sua utilização transformou as formas como os indivíduos consomem informações, conhecimento, música e outras formas de artes. Este artigo analisa a influência dessas tecnologias sobre a produção de bens imateriais. Sugere que seu crescente uso leva à necessidade de redefinições nas políticas culturais, e em conceitos tradicionais, como o direito de propriedade e o direito autoral.

por **Guilherme Kujawski** INSTITUTO ITAÚ CULTURAL

As tecnologias digitais descentralizaram os processos envolvidos na produção e disseminação de bens culturais. Com isso, os conteúdos de livros, arquivos de música e artes visuais, entre outros, se tornaram acessíveis a um número maior de indivíduos. Estes indivíduos, por

sua vez, passaram a fazer uso desses conteúdos, o que levou a um ciclo de aumento da própria produção de conteúdos.

A seguir, analisamos a influência das tecnologias digitais sobre a produção e a disseminação de três tipos de conteúdo: a música, por meio de

arquivos eletrônicos; o conhecimento, por meio de enciclopédias eletrônicas; e informações, por meio de jornais e revistas virtuais.

Som compartilhado. A música foi um dos primeiros bens culturais influenciados pelas tecnolo-

gias digitais de distribuição. Tudo começou com a Napster, empresa de Shawn Fanning, que, baseado na tecnologia p2p, criou um sistema pioneiro de compartilhamento e distribuição de arquivos. O programador foi, na época, atacado pelos advogados da indústria fonográfica norte-americana, e sucumbiu aos processos jurídicos.

A causa do fracasso foi o fato de Fanning utilizar servidores centralizados para operar seu sistema de distribuição. Essa condição foi contornada logo em seguida, com o surgimento de sistemas de distribuição descentralizados, em ação até hoje. O Bittorrent, por exemplo, não depende de um servidor central, pois transforma cada computador pessoal em um servidor temporário que fornece a outros computadores, instantaneamente, qualquer arquivo ou documento. Os arquivos, assim que transmitidos, são repassados para outros computadores, e assim sucessivamente, em uma sequência impossível de rastrear.

As novas tecnologias de distribuição musical acabaram refletindo-se em estratégias de negócios. O número de artistas que abrem canais independentes de distribuição e divulgação de músicas é crescente, deixando a indústria fonográfica apreensiva. Em canais de distribuição de conteúdos culturais, como artistShare e Rightsrouter, por exemplo, os artistas, principalmente músicos, detêm todos os direitos e o controle financeiro de suas obras, construindo uma relação bem mais próxima com os consumidores.

As tecnologias digitais facilitaram e baratearam o acesso a bens culturais antes limitados a um círculo restrito de indivíduos. Com isso, o consumo cultural é ampliado com a entrada de novos clientes, cujos perfis e interesses precisam ser identificados e atendidos.

Enciclopedismo hipermoderno. A enciclopédia, símbolo máximo da cultura iluminista e da valorização do saber, adaptou-se bem aos novos tempos. Tradicionalmente, as enciclopédias são concebidas como realizações coletivas, em que o fluxo de diversas contribuições converge para uma obra de caráter universal. A famosa e suntuosa *Encyclopaedia Britannica* é exemplo desse fato. Em suas versões mais antigas, é possível encontrar verbetes cunhados por grandes nomes da literatura universal.

Essa característica coletiva da produção de uma enciclopédia acabou revelando-se fator determinante para sua adaptação à era das tecnologias digitais: a prática de confeccionar a muitas mãos uma enciclopédia foi levada ao extremo a partir da disseminação dessas tecnologias.

O projeto Wikipedia é um excelente exemplo desse *modus operandi*. Trata-se de uma enciclopédia digital escrita por milhares de pessoas anônimas e voluntárias que, sem uma coordenação central, produzem diariamente textos com qualidade surpreendente. Com mais de 1 milhão de verbetes, a enciclopédia é diariamente acrescida de 2.500 artigos, em

média, tornando-se hoje uma das 10 fontes mais consultadas da Internet. A tecnologia que dá suporte ao projeto, conhecida como *wiki* (palavra que significa “rápido” na língua havaiana), permite que os textos sejam escritos e revisados por qualquer pessoa em qualquer parte do mundo.

Metamorfose da mídia. Além das enciclopédias, outro veículo de cultura que está em franca revolução é a mídia tradicional, como jornais e revistas, principalmente do ponto de vista da transformação da linguagem e da relação entre os jornalistas e o público. A migração da mídia tradicional para uma espécie de *open source journalism* (jornalismo de código aberto) vem sendo cada vez mais reconhecida pelos profissionais da área.

Na nova metodologia jornalística, os editores de sites como Slashdot e Kuro5hin recolhem contribuições voluntárias e as abrem para comentários de leitores. Os últimos, por sua vez, não apenas comentam as histórias, mas acrescentam e apuram informações, criando assim um círculo nada convencional de credibilidade e veracidade da informação.

Os novos sistemas de notícias, em

que *publisher*, repórter e cidadão operam em uma espécie de triangulação, opõem-se a elementos clássicos do universo jornalístico, como à burocracia e à centralização no controle da notícia. Isso tem gerado reações de grandes grupos, os quais estão transferindo seus conteúdos para a Internet, com a diferença de que cobram pelo acesso.

Na verdade, um conteúdo fechado passa a ser um conteúdo invisível, pois não é captado pelas ferramentas de busca que varrem a Internet à procura de todo tipo de informação e conhecimento. O “trancamento” de conteúdos na Internet mostra que os grupos de mídia pretendem defender seu modelo de negócio a todo custo. Na verdade, não é um problema de mudança cultural, mas mercadológico e legal.

Políticas culturais. Esse quadro de mudanças sugere a necessidade de reformulações de categorias tradicionais. Por exemplo, tomemos a categoria “autor”: como podemos determinar a quem pertence um texto que tenha circulado pela rede e recebido inserções de um número indeterminado de “anônimos”? O problema levantado por essa questão está no centro de

muitos debates legais que envolvem as novas tecnologias. A dificuldade maior é definir direitos de propriedade e de autoria sem ferir a liberdade conquistada pela descentralização dos processos de produção de bens culturais.

Uma abordagem ao problema que tem chamado a atenção de produtores culturais e juristas é oferecida pela Creative Commons. Essa organização elaborou uma série de licenças que flexibilizam e complementam as atuais leis de direitos autorais, marcadas por restrições que impedem a autonomia distributiva dos próprios artistas.

O conjunto de licenças fornece ferramentas para que os produtores de conteúdo maximizem a distribuição e produção de cultura, sem desafiar nem revolucionar o cenário jurídico, nem mesmo as conquistas de acordos resolvidos em fóruns mundiais de propriedade intelectual. A tese central da Creative Commons é a de que uma cultura livre não é, necessariamente, uma cultura sem propriedade. O valor da propriedade intelectual, segundo os criadores da nova licença, está em sua capacidade de transmitir conhecimento e cultura (ver Quadro).

A Creative Commons é um estatuto criado para enfrentar os desafios trazidos pela chamada “cultura da colagem”, em que excertos, como de músicas e textos, são apropriados para a confecção de obras derivativas. O exemplo, entre nós, foi dado pelo músico e ministro da Cultura Gilberto Gil. Ele colocou sob licença da Creative Commons uma música de sua autoria (“Os lodum”), abrindo, assim, caminho para que outros músicos possam incluir trechos da obra em outras músicas, processo conhecido como *sampling*. O *slogan* da nova licença: “tudo fica mais fácil sem os intermediários”, oferece uma pista do espírito motivador da nova organização.

Estima-se que mais de 1 milhão de obras artísticas, literárias e científicas já tenham sido licenciadas sob a Creative Commons. Além de inspirar uma urgente reforma jurídica, a licença pretende garantir a inclusão cultural e reascender o espírito criativo, inibido por leis e políticas culturais restritivas.

Público e privado. Dois pontos adicionais devem ser destacados. O primeiro diz respeito à necessidade de novas relações entre negócio e cultura. As tecnologias digitais facilitaram e baratearam o acesso a bens culturais antes limitados a um restrito círculo de indivíduos. Com isso, o consumo cultural é ampliado com a entrada de potenciais clientes, cujos perfis e interesses precisam ser identificados e atendidos por empresas que atuam em negócios relacionados à cultura.

A batalha contra a pirataria erradica as atividades criminosas; porém, ao mesmo tempo, aniquila preciosos valores culturais. As contradições trazidas pela disseminação das tecnologias digitais precisam ser entendidas para se criarem novas políticas e práticas.

O segundo ponto refere-se à necessidade de as empresas que detêm patrimônios culturais defenderem seus interesses comerciais sem, no entanto, restringirem a inovação cultural pelo bloqueio ao acesso de conteúdos de elevado valor social. De um lado, isso toca no problema da pira-

taria, que nada mais é do que a reprodução indiscriminada e ilegal de bens culturais, hoje facilitada pelas tecnologias digitais. De outro, evoca um tema cuja discussão não é recente: a relação entre público e privado, conceitos cuja definição depende hoje da análise dos processos de reprodu-

ção cultural que transformam categorias tradicionais, tais como a de propriedade.

Guilherme Kujawski

Coordenador do Itaulab, laboratório de mídias interativas do Instituto Itaú Cultural
E-mail: kujawski@gmail.com

Pirataria criativa

Em livro recém-publicado, Lawrence Lessig defende que o patrimônio cultural da humanidade deve ser compartilhado de forma livre, redefinindo conceitos clássicos como o de propriedade e autoria.

A batalha contra a pirataria erradica as atividades criminosas, mas, ao mesmo tempo, aniquila os preciosos valores culturais de um povo. A frase, por mais subversiva que seja, é um dos argumentos do livro *Free Culture* (2004, The Penguin Press), de Lawrence Lessig, professor de direito da Universidade Stanford. A intenção do autor não é, certamente, anular o constitucional direito de propriedade, mas sim demonstrar os problemas de se associar o direito patrimonial ao direito autoral. O último, que deveria proteger os criadores por um determinado período de tempo, passou a proteger indefinidamente, em nome do primeiro, os interesses de grupos econômicos, por meio do que o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) chama de “direitos conexos”.

Lessig lembra que, de certa forma, a cultura humana sempre se perpetuou por meio de reciclagens, apropriações (devidas ou indevidas) e remontagens, toleradas em nome do bem comum. O valor público da manutenção do conhecimento transcende em muito os interesses de propriedade. O que seria, por exemplo, dos desenhos animados dos Estúdios Disney, que hoje se encontra na linha de frente da batalha contra a pirataria, se não houvesse histórias e contos realizados anteriormente por artistas como Buster Keaton, Rudyard Kipling, os irmãos Grimm e tantos outros?

O livro é também um libelo a favor da criatividade e da inovação, fundamento básico de uma sociedade efetivamente democrática. O subtítulo do livro não deixa margem para dúvidas: “Como os conglomerados da mídia usam a tecnologia e a lei para inibir a cultura e controlar a criatividade”. Lessig também

deixa claro que o termo “cultura livre” não deve ser subentendido como “almoço grátis” (*apud* Milton Friedman), e sim associado a outras idéias caras ao capitalismo e à democracia, como “mercados livres”, “liberdade de expressão” e “eleições livres”. A tecnologia da Internet gerou mudanças de tradição relacionadas às “cadeias produtivas” da cultura, mas não de forma diferente das provocadas por tecnologias anteriores, como o rádio, o videocassete, a tevê a cabo e outras.

No prefácio, Lessig confessa que seu livro é uma “obra derivada” das idéias de Richard Stallman, fundador da Free Software Foundation e idealizador do *software* livre, programa de computador que pode ser distribuído e modificado sem a prévia permissão do criador original. Com base nessa tese, o autor mostra que, na história da jurisprudência, a tendência sempre foi a de preservar os direitos dos autores sem prejudicar a inovação tecnológica e a transmissão de valores culturais.

Para ilustrar, Lessig lembra que a extensão ilimitada do direito de propriedade das obras de Shakespeare, mantido durante séculos por livreiros londrinos ligados ao grupo Conger, foi reduzida pelo Parlamento inglês para apenas 21 anos, a contar da morte do autor. Quem contestaria que as obras do bardo são patrimônios da humanidade? Além disso, a livre circulação de suas peças e poemas barateou o custo e eliminou os nefastos monopólios que controlavam um conteúdo de inestimável valor social por meio de direitos exclusivos não prescritivos.

Em coerência com seu próprio discurso, Lawrence Lessig licenciou seu livro sob a Creative Commons e o colocou na Internet no seguinte endereço: www.free-culture.cc